



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011776-43.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos**
 Requerente: **RAFAEL APARECIDO RIBEIRO DE SOUZA**
 Requerido: **RMC TRANSPORTES COLETIVOS LTDA**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

Sustenta o autor que na ocasião em apreço dirigia seu automóvel pela Av. Dr. José Pereira Lopes e quando parou, em virtude de um congestionamento que ali havia, foi abalroado por um ônibus da ré que não parou a tempo.

Já a ré atribuiu a responsabilidade pelo evento ao autor porque derivou bruscamente da faixa da esquerda para a direita da via, atingindo com isso o ônibus que estava parado.

Das testemunhas inquiridas, Wellington Stephano dos Santos prestigiou a explicação do autor.

Esclareceu que estava em um automóvel atrás dos veículos envolvidos e viu quando o ônibus da ré saiu de um ponto para na sequência derivar à esquerda.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Com essa manobra, o ônibus "levantou" o automóvel do autor que estava parado do seu lado esquerdo.

Já as testemunhas arroladas pela ré não trouxeram subsídios consistentes a respeito de como tudo se deu.

Cristiano dos Santos Silva estava no interior do ônibus e disse somente que ouviu a batida, sem precisar em que circunstâncias ela sucedeu.

Luzilmar Leite Rossi, a seu turno, sequer notou a colisão e percebeu que ela aconteceu após o motorista do ônibus, onde também estava, afirmar "bateu".

Além desses aspectos, vale registrar que as duas testemunhas informaram que o ônibus desenvolvia então baixa velocidade e não estava parado como consignado na peça de resistência.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à convicção de que o motorista do ônibus da ré foi o culpado pelo embate, atingindo o automóvel do autor sem que houvesse razão ou justificativa para tanto.

Deverá, portanto, reparar o autor pelos danos que ele suportou.

A esse respeito, os danos materiais devem corresponder ao previsto no orçamento de fl. 38.

O autor não refutou que diligenciou a sua elaboração, bem como procedeu à sua entrega à ré para que com fundamento nele se desse o ressarcimento de seu prejuízo, de sorte que o valor lá apurado deverá corresponder ao devido pela ré.

Já os danos morais não estão minimamente delineados.

Qualquer pessoa que se ponha a dirigir um automóvel sabe da possibilidade de envolver-se em acidente, não tendo o autor sequer detalhado com mínima precisão qual o abalo de vulto que teria tido para levar à ideia da configuração dos danos morais.

O pleito a esse título, portanto, não vinga.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 970,00, acrescida de correção monetária, a partir de novembro de 2014 (época de elaboração do orçamento de fl. 38), e de juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 17 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**